



## SENADO FEDERAL

### Consultoria Legislativa

#### Quadro-Síntese da pauta da reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI)

**Data da reunião:** 18/02/2020  
**Presidente:** Senador Marcos Rogério

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
1	<b>PL 2124/2019</b> <b>Ementa:</b> Inclui no Anexo da Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que institui o Plano Nacional de Viação, o trecho rodoviário que especifica. <b>Autoria:</b> Câmara dos Deputados <a href="#">[tramitação]</a> <b>Não Terminativo</b>	Senador Weverton	Pela aprovação	O projeto visa a incluir trecho rodoviário, com extensão de 140 km, ligando a BR-402 à BR-222, no Estado do Maranhão, na "Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal" integrante do Anexo do Plano Nacional de Viação, aprovado pela Lei 5.917/1973.  1. Em 29/10/2019 e 05/02/2020 a matéria foi retirada de pauta, em razão da ausência do relator 2. Votação simbólica
2	<b>PLS 73/2017</b> <b>Ementa:</b> Altera a Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, para disciplinar a edição de atos de caráter normativo pelas agências reguladoras. <b>Autoria:</b> Senadora Rose de Freitas <a href="#">[tramitação]</a> <b>Não Terminativo</b>	Senador Wellington Fagundes	Pelo encaminhamento da matéria à Presidência do Senado Federal, para que seja declarada sua prejudicialidade, nos termos do artigo 334, inciso II, do Regimento Interno	O PLS tem por objetivo alterar a Lei 9.784/1999, para estabelecer que o Congresso Nacional exerça, com auxílio do Tribunal de Contas da União, o controle externo das atividades das agências reguladoras. Também fixa que deverá haver consulta pública de, no mínimo, 30 dias, previamente à edição de ato regulamentar de interesse geral, e que o Congresso Nacional deverá ser comunicado a respeito. O relator opina pela prejudicialidade da proposição, haja vista a aprovação, pelo Senado Federal, do Substitutivo da Câmara dos Deputados (SCD) 10/2018, que regulamentou detalhadamente essa matéria. Esse SCD é relativo ao PLS 52/2013, que está em fase de sanção ou veto pela Presidência da República.  1. Após análise da CI, o projeto vai à CCJ, em decisão terminativa 2. Em 11/02/2020 foi lido o relatório e concedida vista coletiva 3. Votação simbólica

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
3	<p><b>PLS 258/2018</b></p> <p><b>Ementa:</b> Dispõe sobre a concessão de desconto de vinte por cento no preço de venda de combustíveis para abastecimento dos veículos pertencentes a transportadores autônomos de cargas.</p> <p><b>Autoria:</b> Senadora Rose de Freitas</p> <p><a href="#">[tramitação]</a></p> <p><b>Não Terminativo</b></p>	Senador Fernando Bezerra Coelho	Pela rejeição	<p>A iniciativa pretende conferir aos transportadores autônomos de cargas desconto de 5% sobre o valor da compra de combustíveis para o abastecimento de seus veículos, cuja restituição será custeada pela Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE). Entre outras disposições, enumera os requisitos para a concessão do benefício, bem como os documentos a serem apresentados para sua solicitação.</p> <p>O relator vota pela rejeição da matéria, pois argumenta que: a) os transportadores autônomos não são os únicos que enfrentam enormes dificuldades nos tempos de crise e alto desemprego; b) não há no projeto estimativa do montante a ser desembolsado e nem como a CIDE obteria recursos adicionais para fazer frente aos pagamentos; c) não há no projeto justificativa para a escolha de 5% de restituição sobre o valor do combustível adquirido; d) há pontos que deveriam ser objeto de regulamentação pelos órgãos federais competentes; e) o benefício da restituição é dado por prazo indeterminado, o que dificultaria seu cancelamento quando esses transportadores estiverem em situação mais confortável; e f) o custo de administração de um sistema como esse seria bastante alto.</p> <p>1. Após análise na CI, o projeto vai à CAE, terminativamente 2. Em 05/02/2020 o projeto foi retirado de pauta, em razão da ausência do relator 3. Votação simbólica</p>
4	<p><b>PL 4816/2019</b></p> <p><b>Ementa:</b> Altera a Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, que institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima – PNMC e dá outras providências, para estabelecer medidas de transparência relativas ao Plano Nacional sobre Mudança do Clima e aos Planos de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento nos biomas.</p> <p><b>Autoria:</b> Senador Alessandro Vieira</p> <p><a href="#">[tramitação]</a></p> <p><b>Não Terminativo</b></p>	Senadora Eliziane Gama	Pela aprovação	<p>A proposição tem o objetivo de prever que o Plano Nacional sobre Mudança do Clima e os Planos de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento nos biomas serão avaliados anualmente e atualizados, no mínimo, a cada cinco anos. Ademais, visa a estabelecer que os relatórios que contenham as referidas avaliações devem ser publicados em portal eletrônico oficial e remetidos ao Congresso Nacional até o dia 15 de maio do ano seguinte ao ano avaliado, apresentando dados como, por exemplo, a descrição detalhada da execução financeira das ações vinculadas aos planos.</p> <p>1. Após análise da CI, o projeto vai à CMA, terminativamente 2. Em 11/02/2020 foi lido o relatório 3. Votação simbólica</p>

Item	Identificação da matéria
5	<p><b>REQ (REQUERIMENTO) 3/2020 - CI</b></p> <p><b>Ementa:</b> Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II da Constituição Federal e do art. 93, II do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater o importante tema do estabelecimento do nível das águas em represas, tendo em vista o uso e fruição econômico e social nos reservatórios brasileiros.</p> <p><b>Autoria:</b> Senador Rodrigo Pacheco</p>

Item	Identificação da matéria
6	<p><b>REQ (REQUERIMENTO) 4/2020 - CI</b></p> <p><b>Ementa:</b> Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II da Constituição Federal e do art. 93, II do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática e a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de discutir a tecnologia 5G e sua implantação no Brasil, especialmente após a aprovação inicial do leilão de radiofrequências pelo Conselho Diretor da Anel. E, debater questões relativas a segurança cibernética das redes que serão implementadas.</p> <p><b>Autoria:</b> Senador Vanderlan Cardoso</p>

Resumos elaborados pelo Núcleo de Acompanhamento Legislativo da Consultoria Legislativa do Senado Federal.

Para acesso ao texto integral dos pareceres, consultar a Pauta Cheia.

Para receber alertas de divulgação de Quadro-Síntese, escreva para [conleg.apl@senado.leg.br](mailto:conleg.apl@senado.leg.br).